



ACÓRDÃO Nº239/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10904/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Codajás
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Evandro Delmiro Feitosa (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias OAB/AM 4697
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3289/2021-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Codajás. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Codajás, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do **Sr. Evandro Delmiro Feitosa**, Presidente e Ordenador de Despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Evandro Delmiro Feitosa**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Codajás, exercício de 2019, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), pela permanência da Restrição nº 10 – DICAMI, com fulcro no art. 54, inciso VII da Lei Estadual nº 2423/1996 c/c art. 308, inciso VII da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM –



ACÓRDÃO Nº239/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Codajás que, em caso de reformas de prédios públicos ou novas construções, observe a Lei 10.098/2000, Art. 3º c/c Art. 11 e a Norma 9050/2020, correlacionadas à acessibilidade, quando da concepção/estudo preliminar e no Projeto Básico/Executivo e que adote medidas para assegurar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificação, mobiliário, equipamentos e outros aos servidores e à população em geral, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção;

10.4. Dar ciência decisão ao **Sr. Evandro Delmiro Feitosa** e respectivo patrono;

10.5. Arquivar, após o cumprimento das medidas acima, nos termos da Resolução nº 04/2002 - RITCE/AM.

11- Ata: 4ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Fevereiro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alves, Procuradora-Geral, em substituição.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº239/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por JOSUE CLAUDIO DE SOUZA NETO em 27/02/2023.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 0A4B1034-2987CAEB-33BF-4AF7-1BD73B81